



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
MODALIDADE À DISTÂNCIA

LUCIANA PEREIRA DA SILVA

APRENDER BRINCANDO:
O lúdico na educação infantil

JOÃO PESSOA
2021

LUCIANA PEREIRA DA SILVA

APRENDER BRINCANDO:

O lúdico na educação infantil

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade à Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciado (a) em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Emília Cristina Ferreira de Barros.

JOÃO PESSOA

2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586a Silva, Luciana Pereira da.
Aprender brincando: o lúdico na educação infantil /
Luciana Pereira da Silva. - João Pessoa, 2021.
44 f.

Orientação: Emília Cristina Ferreira de Barros.
TCC (Graduação) - UFPB/CE.

1. Ludicidade. 2. Educação infantil. 3. Aprendizagem.
I. Barros, Emília Cristina Ferreira de. II. Título.

UFPB/CE CDU 373.2(043.2)

LUCIANA PEREIRA DA SILVA

APRENDER BRINCANDO:

O lúdico na educação infantil

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em
Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de
Educação da Universidade Federal da Paraíba, como
requisito institucional para obtenção do título de
Licenciado(a) em Pedagogia.

Aprovado em: _____ de _____ de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Emília Cristina Ferreira de Barros

Prof.ª Dr.ª Emília Cristina Ferreira de Barros – UFPB

Orientadora

Veridiana Xavier Dantas

Prof.ª Dr.ª Veridiana Xavier Dantas – UFPB

Convidada

Iranete de Araújo Meira

Prof.ª Dr.ª Iranete de Araújo Meira – UFPB

Convidada

AGRADECIMENTOS

Agradeço pelas dificuldades enfrentadas, pois elas me fizeram ser mais forte e decidida, agradeço aos tropeços e à falta de incentivo, porque devido a isso, tornei-me mais independente e forte.

Agradeço também a minha orientadora que me ajudou esclarecendo as dúvidas que evidentemente surgiram.

Agradeço a minhas colegas Josedina e Mábily que me deram força e incentivo para continuar, mesmo quando tudo me fazia querer desistir.

Agradeço a Deus que me deu coragem e não me deixou desistir e a todos os professores que contribuíram para a minha formação.

1 INTRODUÇÃO

O presente texto tem como intuito mostrar a importância do lúdico na Educação Infantil, já que brincar, jogar, agir ludicamente exige uma entrega total do ser humano, corpo e mente ao mesmo tempo. Partimos da hipótese de que a criança é capaz de aprender regras complicadas em jogos e brincadeiras, porque ela é capaz de assimilar o conteúdo e o conceito que envolvem aquela brincadeira e/ou aquele jogo mesmo sem entender as especificações.

Então consideramos que o lúdico não é só uma distração, mas como uma “brincadeira de criança” pode estar associada ao processo de ensino e aprendizagem, o docente precisa ser capaz de fazer uma metodologia educacional que explore todo o conceito do jogo e da brincadeira para que seja um ensino aprendido eficiente e muito útil.

Esse trabalho de conclusão de curso tem como objetivos a investigação do lúdico, através dos jogos, brinquedos e brincadeiras e como ele pode auxiliar no ensino para as crianças, bem como discutir e analisar como o ato de brincar é essencial para as crianças através de um levantamento teórico e mostrar a importância do lúdico para o desenvolvimento cognitivo, intelectual e social das crianças; buscar encontrar melhores maneiras possíveis de se fazer uma educação infantil de qualidade envolvendo o lúdico, no sentido de explorar todo o conceito de lúdico na Educação Infantil. Quanto a problemática da pesquisa, essa constitui-se da seguinte indagação: como o lúdico pode auxiliar no ensino aprendido das crianças?

A criança não é um miniadulto, ela tem suas próprias especificidades, seguindo essa premissa é aceitável dizer que uma educação infantil sem a ludicidade se torna muito hostil e desinteressante.

A escola pode ser um espaço divertido e de aprendizagens, onde a criança pode encontrar lugar para brincar e criar possibilidades de desenvolvimento a partir da ludicidade. Malaquias e Ribeiro (2013), esclarecem que, por meio da brincadeira, a criança experimenta, descobre, inventa, encontra novas formas e maneiras de se fazer a mesma coisa, socializa-se, adquire habilidades, além de estimular a criatividade, autoconfiança, curiosidade, autonomia, além de proporcionar o desenvolvimento da linguagem, do pensamento, da concentração e da interação.

O professor precisa mediar essa interação lúdica para que se obtenha maior proveito das brincadeiras e jogos. É comum encontrar adultos e familiares de crianças que levam a definição de jogo, brinquedo e brincadeira como algo banal, sem aprendizagem, no entanto, há a defesa dos dispositivos legais afirmando que as interações e as brincadeiras são o eixo do trabalho pedagógico.

“As maiores aquisições de uma criança são conseguidas no brinquedo, aquisições que no futuro tornar-se-ão seu nível básico de ação e moralidade.”

(Lev S. Vygotsky).

RESUMO

O presente texto discute sobre como a importância do brincar para o desenvolvimento infantil tem ocupado espaço considerável no âmbito dos debates acadêmicos e, neles, estão presentes as discussões teóricas trazidas por Piaget (1999), Vygotsky (1997), Oliveira (2002), Kuhlmann (2000), Wallon (2007), Kishimoto (2006) e outros grandes defensores da ludicidade. O objetivo deste estudo foi a investigação do lúdico, através dos jogos, brinquedos e brincadeiras e como ele pode auxiliar no ensino para as crianças, bem como discutir e analisar como o ato de brincar é essencial para elas através de um levantamento teórico objetivando uma maior compreensão sobre a ludicidade no processo de ensino aprendizagem das crianças. Ao considerar esse recurso como desencadeador de aprendizagem, pelo qual a criança poderá construir o seu próprio conhecimento, buscamos um diálogo entre os teóricos estudados e a prática de sala de aula. Trata-se de uma pesquisa teórica de cunho bibliográfico de caráter descritivo e de abordagem qualitativa. Quanto à discussão do tema, pudemos concluir com a pesquisa que a inserção dos jogos, nos espaços escolares, vem acontecendo de modo progressivo e isso exige dos professores um estudo contínuo sobre as teorias que fundamentam a importância das brincadeiras e jogos na vida da criança e destes como uso pedagógico, o que não acontece de forma simples. O estudo é relevante na medida em que suscita a importância do lúdico para aprendizagem infantil e chama atenção dos professores para esta mesma importância, servindo de referência conceitual as práticas pedagógicas na Educação Infantil. O estudo conclui que o lúdico contribui para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, e que toda criança tem direito de brincar e, por meio da brincadeira, ela aprende a conviver com as diferenças e lidar com conflitos que surgirem.

Palavras-Chave: Ludicidade. Educação infantil. Aprender brincando.

ABSTRACT

The present text discusses how the importance of play for child development has occupied considerable space in the scope of academic debates and in them are present the theoretical discussions brought by Piaget (1999), Vygotsky (1997), Oliveira (2002), Kuhlmann (2000), Wallon (2007), Kishimoto (2006) and other great defenders of Ludicity. The objective of this study was to investigate the Ludicity, through games, toys and play and how it can help in teaching children, as well as discuss and analyze how the act of playing is essential for them through a theoretical survey aiming a greater understanding of the Ludicity in the teaching-learning process of children. By considering this resource as a trigger for learning, through which children can build their own knowledge, a dialog between the theorists studied and classroom practice was sought. This is a theoretical bibliographical research of a descriptive and qualitative nature. As for the discussion of the theme, we could conclude from the research that the insertion of games in school spaces has been happening progressively, and this requires from teachers a continuous study on the theories that underlie the importance of games and play in the life of children and of these as a pedagogical use, which does not happen in a simple way. The study is relevant in that it raises the importance of play for children's learning and draws teachers' attention to this same importance, serving as a conceptual reference for pedagogical practices in early childhood education. The study concludes that play contributes to improving the teaching-learning process, that every child has the right to play, and that through play they learn to live with differences and deal with conflicts that arise.

Key-words: Playfulness. Early childhood education. Learn by playing.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	UM PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DOS DOCUMENTOS OFICIAIS NORTEADORES	10
2.1	A educação infantil como primeira etapa da educação básica e sua função no desenvolvimento das crianças	15
3	AS TEORIAS DE PIAGET, VYGOTSKY E WALLON SOBRE BRINCAR E DESENVOLVIMENTO INFANTIL	199
3.1	A Importância do ato de Brincar	222
4	CONCEITO DE LUDICIDADE	244
4.1	Caracterização dos jogos, Brinquedos e Brincadeiras	266
5	O LÚDICO NO AUXÍLIO DO APRENDIZADO DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	299
6	METODOLOGIA OU PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	322
6.1	Fontes	322
6.2	Coleta de dados	333
7	ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS NOS DOCUMENTOS OFICIAIS E TEÓRICOS ESTUDADOS	34
7.1	Documentos oficiais	34
7.2	Significados dos jogos, brinquedos e brincadeiras e a importância do Lúdico ..	35
7.3	Pensar dos grandes estudiosos	35
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	377
	REFERÊNCIAS	399
	APÊNDICES	433

Usaremos de uma abordagem qualitativa para permear essa pesquisa acadêmica, Severino (2008) diz a respeito do processo de aquisição de conhecimentos por parte dos acadêmicos:

A aquisição, por parte dos estudantes universitários, de uma postura investigativa não se dá espontaneamente por osmose, nem artificialmente por um receituário técnico, mecanicamente incorporado. De acordo com as premissas anteriormente colocadas, a aprendizagem universitária tem muito mais a ver com a incorporação de um processo epistêmico do que com a apropriação de produtos culturais, em grande quantidade (2008, p. 23).

Foi realizado um estudo bibliográfico sobre o tema para reunir e analisar as informações de documentos e estudos já publicados. Sobre a relevância desse estudo bibliográfico, ele tem como objetivo reunir o material teórico desenvolvido sobre um determinado tema. Marconi e Lakatos (2003) destacam:

Os livros ou textos selecionados servem para leituras ou consultas; podem ajudar nos estudos em face dos conhecimentos técnicos e atualizados que contêm, ou oferecer subsídios para a elaboração de trabalhos científicos, incluindo seminários, trabalhos escolares e monografias (2003, p. 20).

No que se refere à estrutura, no capítulo 2, tratamos sobre o contexto histórico da Educação Infantil a partir dos documentos oficiais norteadores e, no subtítulo, abordamos a Educação infantil como primeira etapa da educação básica e sua função no desenvolvimento das crianças, em seguida, no capítulo 3, tratamos das teorias dos autores Piaget (1999), Vygotsky (1997) e Wallon (2007) sobre o Brincar e o Desenvolvimento Infantil, além de trazer um subtítulo sobre a importância do Brincar e da necessidade de resgatarmos esse ato em tempos que os computadores, tablets e notebooks tornaram-se, cada vez mais, frequentes no dia a dia da criança, tomando espaços maiores que os dos brinquedos e brincadeiras reais.

No capítulo 4, abordamos o conceito do lúdico e as modificações que ele sofreu ao longo dos anos e, no seu subtítulo, abordamos a Caracterização dos jogos, Brinquedos e Brincadeiras, mais à frente, no capítulo 5, tratamos de como o lúdico pode auxiliar o ensino aprendizagem das crianças na sala de aula.

No capítulo 6, tratamos dos procedimentos metodológicos utilizados no decorrer da pesquisa e de como foi feita a coleta de dados e das fontes utilizadas.

No capítulo 7, encontram-se os resultados das análises das informações coletadas nos documentos oficiais e dos teóricos estudados. E, por último, no capítulo 8, tratamos das considerações finais acerca do tema dessa monografia.

2 UM PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DOS DOCUMENTOS OFICIAIS NORTEADORES

Sabemos que, na Idade Média, por volta dos anos de 476-1453, não existia ainda um debate acerca da concepção de criança e infância, tanto é que, a criança era vista como um adulto em miniatura, portanto não deveria ter cuidados especiais (ARIÈS, 1981), somente, a partir do século XVIII, as crianças começaram a ser reconhecida em suas particularidades. Esse panorama só começou a mudar quando surgiram grandes teorias acerca de infância e a criação de instituições que atendiam especificamente as crianças.

Conforme Kuhlmann Jr. (2010), o quadro das instituições educacionais se configura, durante a segunda metade do século XIX, compondo-se da creche e do jardim de infância, ao lado da escola primária, do ensino profissional, da educação especial e de outras modalidades. Desta forma o autor mostra que:

[...] ao lado da vontade de normalizar as classes trabalhadoras por meio da educação, associava-se a defesa de universalização do ensino – que promoveria a educação moral para todas as classes – como instrumento de cidadania e do fornecimento dos conhecimentos básicos necessários aos processos produtivos da sociedade industrial (p. 165).

No Brasil, durante os finais do século XIX e início do século XX devido ao alvoroço causado pelas ideias pedagógicas modernas advindas de outros países, fez com que médicos, juristas, intelectuais e religiosos voltassem seus olhares sobre a infância brasileira, mas particularmente no ano de 1741 começaram a pensar e olhar sobre a infância pobre. Com o ideal de modernizar o país nos moldes europeus, a infância foi vista como um dos principais focos de atenção:

A infância, em dado momento histórico, revela-se como um problema social, cuja solução parecia fundamental para o país. O significado social da infância circunscrevia-se na perspectiva de moldá-la de acordo com o projeto que conduziria o Brasil ao seu ideal de nação (UJIE; PIETROBON, 2008, p. 291).

Mas os primeiros movimentos voltados para o cuidado da criança são datados de 1874, quando as Câmaras Municipais do Brasil passaram a destinar uma ajuda financeira para as crianças negras, mestiças ou brancas que eram rejeitadas, tinha que apresentar periodicamente às crianças às autoridades. Um tempo depois foi criada pela Igreja Católica as Rodas dos Expostos, ou dos rejeitados. Essa instituição era de cunho filantrópico da Santa Casa de Misericórdia, e foram se espalhando pelo país no século XVIII. Com o advento da República, houve uma preocupação maior com educação da criança, mas foi no século XX, que há ações

demonstram atuações por parte da administração pública voltada ao atendimento à criança. As instituições destinadas ao cuidado da criança eram de cunho preventivo e de recuperação das crianças pobres, consideradas perigosas para a sociedade. O foco não era a criança, mas naquilo que era denominado como menor abandonado e delinquente (KUHLMANN JR., 2002).

Essa perspectiva demonstra uma imagem da criança pobre como delinquente e perigosa em potencial, pois as crianças viviam mal alimentadas, em lares nos quais o alcoolismo era uma constante e conviviam com pais que, muitas vezes, não trabalhavam em virtude da falta de políticas sociais.

Nos anos 70, o Brasil assimilou as teorias desenvolvidas nos Estados Unidos e Europa, que sustentavam que as crianças mais pobres sofriam de privação cultural e eram colocadas para explicar o fracasso escolar delas. Esta ideia direcionou por muito tempo a Educação Infantil, enraizando uma visão assistencialista e compensatória foram, então, adotadas sem que houvesse uma reflexão crítica mais profunda sobre as raízes estruturais dos problemas sociais. Isto passou a influir nas decisões de políticas de educação Infantil (OLIVEIRA, 2002, p. 109).

Uma das primeiras referências à creche no Brasil aparece, como mostra Kuhlmann Jr. (2010), em 1879, em um artigo de o Rio de Janeiro, intitulado A Creche (asilo para a primeira infância). Diferente do caso europeu em que a creche foi criada para a ampliação do trabalho industrial feminino, aqui a creche é apresentada como a nova instituição para a solução dos problemas trazidos pela Lei do Ventre Livre, com a educação das crianças filhos de escravos. Somente por volta do período republicano, quando as fábricas e indústrias ganharam maior força, outras instituições foram sendo inauguradas para atender as crianças filhos de trabalhadores e operários, sendo os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e o Distrito Federal precursores nessa proposta:

No estado de São Paulo, desde dezembro de 1920, a Legislação previa a instalação de Escolas Maternais, com a finalidade de prestar cuidados aos filhos de operários, preferencialmente junto às fábricas que oferecessem local e alimento para crianças. As poucas empresas que se propunham a atender os filhos de suas trabalhadoras o faziam desde o berçário, ocupando-se também da instalação de creches (KUHLMANN JR., 2000b, p.8).

Na década de 80, com a abertura política, houve forte pressão por parte das camadas populares para a ampliação do acesso à escola. A educação da criança pequena passa a ser considerada como um dever do Estado, que até então não havia se comprometido legalmente com essa função. Em 1888, devido à grande influência dos movimentos feministas e dos movimentos sociais, a Constituição Federal de 1988 reconhece a educação em creches e pré

escolas como um direito da criança e um dever do Estado. Vejamos o que diz a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988):

“Art.205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 1).

A partir da Constituição Federal de 1988, ocorreu uma ampliação sobre a concepção de criança. Agora se procura entender a criança como um ser sócio-histórico, em que a aprendizagem se dá pelas interações entre a criança e seu entorno social. Essa perspectiva sociointeracionista tem como principal teórico Vygotsky, que enfatiza a criança como sujeito social, que faz parte de uma cultura concreta (OLIVEIRA, 2002).

A Constituição Federal representa uma relevante contribuição na garantia de direitos para as crianças e para todos em geral, dois anos após a sua aprovação, foi homologado o Estatuto da criança e do Adolescente (ECA) Lei Nº 8.069/90, que, ao regulamentar o art. 227 da Constituição Federal, inseriu as crianças no mundo dos direitos. De acordo com o seu artigo 3º, para a criança e para o adolescente devem ser assegurados os direitos fundamentais inerentes ao ser humano, para que seja possível, desse modo, ter acesso às oportunidades de “[...] desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (BRASIL,1988).

Existe um fortalecimento da nova concepção de infância, garantindo em lei, os direitos da criança enquanto cidadã. Cria-se a ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); a nova LDB, Lei nº9394/96, que incorpora a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, e formaliza a municipalização dessa etapa de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9.394/96 veio ainda exigir uma maior formação do profissional que atua na área como formação específica e uma formação continuada. Sendo assim, não só os recursos físicos, mas os espaços que devem se adequar às novas normas, mas toda a ação direta com a criança, sendo esta obrigação dos órgãos mantenedores, municipais e altruístas, as regularizações, o que requer maior incentivo e aplicações para o melhoramento da educação nesta faixa etária.

Ao analisar o contexto da educação para a criança, vemos que esta era dever exclusivamente das famílias. As crianças aprendiam a cultura ao conviver com os adultos e com outras pessoas, além de aprender também os valores e crenças, esse panorama somente começou a mudar após a revolução Industrial, as mulheres mães operárias não tinham com quem deixar seus filhos, vendo essa necessidade foram criadas as primeiras instituições na

Europa e Estados Unidos com único dever de cuidar e proteger essas crianças enquanto suas mães trabalhavam, no Brasil, inicialmente, as creches e jardins de infância tiveram um caráter assistencialista e não educacional, diferentemente de outros países, sobre isso Didonet (2001) diz:

Enquanto para as famílias mais abastadas pagavam uma babá, as pobres se viam na contingência de deixar seus filhos sozinhos ou colocá-los numa instituição que deles cuidassem. Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser em tempo integral; para os filhos de operarias de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco, ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. A associação creche, criança pobre e o caráter assistencial da creche (DIDONET, 2001, p. 13).

Como podemos perceber com essa fala de Didonet (2001), é que de início não havia o interesse dessas instituições de caráter educacional, somente existiu uma carência de suprir as necessidades iniciais das famílias que trabalhavam e não tinham com quem deixá-las.

Fora a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, destaca-se também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que, ao tratar da composição dos níveis escolares, inseriu a educação infantil como primeira etapa da Educação Básica. Essa Lei define que a finalidade da educação infantil é promover o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996). De acordo com o Ministério da Educação, o tratamento dos vários aspectos como dimensões do desenvolvimento e não áreas separadas foi fundamental, já que “[...] evidencia a necessidade integral e sua inserção na esfera pública” (BRASIL, 2006, p. 10).

Nos anos seguintes à aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), entre os anos de 1994 a 1996, foi publicado pelo Ministério da Educação uma série de documentos importantes intitulados: “Política Nacional de Educação Infantil”. Tais documentos estabeleceram as Diretrizes pedagógicas e de recursos humanos com o objetivo de expandir a oferta de vagas e promover a melhoria da qualidade de atendimento nesse nível de ensino, ou seja, critérios para atendimento em creches que respeitem os direitos fundamentais das crianças e propostas pedagógicas e currículo em educação infantil.

Verifica-se deste modo, que foi um grande avanço no que diz respeito aos direitos da criança pequena, já que a educação infantil, além de ser considerada a primeira etapa da Educação Básica, embora ainda não obrigatória, é um direito da criança e tem como objetivo lhe proporcionar condições adequadas para o seu desenvolvimento físico, motor, emocional, social, intelectual e a ampliação de suas experiências.

Em consonância com a Legislação, o Ministério da Educação publicou, em 1998, dois anos após a aprovação da LDB, os documentos “Subsídios para o credenciamento e o funcionamento das instituições de educação infantil” (BRASIL,1998b), que contribuiu significativamente para a formulação de diretrizes e normas da educação da criança pequena em todo o país, e o “Referencial Curricular Nacional para a Educação infantil” (BRASIL,1998a), com o objetivo de contribuir para a implementação de práticas educativas de qualidade no interior dos Centros de Educação infantil. Este último foi concebido de maneira a servir como um guia de reflexão de cunho educacional sobre os objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam com as crianças de zero a seis anos de idade. Neste documento, a ludicidade, por meio do brincar é evidenciada no currículo como parte das ações do trabalho pedagógico com as crianças.

Para que esses objetivos fossem alcançados de modo integral, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998a) sugere que as atividades devem ser oferecidas para as crianças não só por meio de brincadeiras, mas aquelas advindas de situações pedagógicas orientadas. Nesse sentido, a integração entre ambos os aspectos é relevante no desenvolvimento do trabalho do professor, uma vez que:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros, em uma atitude de aceitação, respeito e confiança, e o acesso pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (BRASIL, 1998a, p. 23).

O que podemos concluir com isso, é que o processo de educar precisa ser pensado nas crianças e para elas, respeitando suas especificidades, buscando sempre um desenvolvimento de todas as capacidades delas e incentivando a convivência com os outros.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI/2009), trazem contribuições relevantes para a ludicidade na educação infantil, quando orienta que as interações e as brincadeiras devem ser o eixo do trabalho pedagógico. Veja o que diz a DCNEI (2009) no parágrafo 1, inciso IX:

§ 1º Na efetivação desse objetivo, as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem: [...] o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação (BRASIL, 2009).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2018), reforçando as orientações da DCNEI/2009, elenca como eixo do currículo na educação infantil as interações e as

brincadeiras, apontando para a ludicidade como pressuposto norteador para o desenvolvimento integral das crianças. Ela deixa claro que, na primeira etapa da Educação Básica, e de acordo com os eixos estruturantes da Educação Infantil (interações e brincadeiras), devem ser assegurados seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento que são: Conviver; Brincar; Participar; Explorar; Expressar e Conhecer-se. A BNCC também estabelece cinco campos de experiências que são: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Oralidade e escrita; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações nos quais as crianças podem aprender e se desenvolver (BRASIL, 2018).

2.1 A educação infantil como primeira etapa da educação básica e sua função no desenvolvimento das crianças

A luta pela educação infantil de qualidade e como direito de toda criança na faixa etária ganhou maior força somente por volta da década de 70. Sobre isso, afirma Kramer (2006):

Nos anos de 1970, as políticas educacionais voltadas à educação de crianças de 0 a 6 anos defendiam a educação compensatória com vistas à compensação de carências culturais, deficiências linguísticas e defasagem afetivas das crianças provenientes das camadas populares. Influenciados por orientações de agências internacionais e por programas desenvolvidos nos Estados Unidos e na Europa, documentos oficiais do MEC e pareceres do então Conselho Federal de Educação defendiam a ideia de que a pré-escola poderia, por antecipação, salvar a escola dos problemas relativos ao fracasso escolar (p. 799).

A Educação infantil tem o papel importante de compreender, reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo, respeitando as suas individualidades e diferenças.

Sobre a Educação Infantil, Didonet (1991) destaca: "A criança é um todo orgânico, físico e psicológico. A educação infantil coloca como seu objetivo síntese o desenvolvimento integral da criança compreendendo com isso, os aspectos físicos, cognitivos e afetivos de sua personalidade" (1991, p. 93).

É a qualidade na educação infantil e seus princípios pedagógicos que se destacam como fatores fundamentais para o ensinar e o aprender, fatores estes que estão definidos no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), Nas CNEI (2009) e a BNCC (2018). Por meio destes documentos oficiais, é possível identificar as contribuições das diferentes áreas do conhecimento que compõem a organização das atividades a serem desenvolvidas junto à educação, considerando a ludicidade. Eles foram concebidos de maneira a servir como um guia de reflexão educacional sobre objetivos, conteúdos e orientações

didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos, respeitando seus estilos pedagógicos e a diversidade cultural brasileira existente.

A busca da qualidade para a educação infantil envolve outras questões complexas, dentre estas questões estão uma formação continuada para os professores da educação infantil, a valorização destes profissionais, materiais e recursos financeiros destinados a essa faixa etária, organização e estruturação do ambiente de ensino da educação infantil, além da discrepância que existe entre a educação infantil feita na zona rural e a feita na zona urbana, esses fatores ou a falta deles diferencia uma educação de qualidade ou a falta dela.

Sobre a luta pela formação do educador, Freitas (2002, p. 139), diz que parte de uma problemática mais ampla, sendo a expressão das “[...] condições, políticas e sociais de uma sociedade marcada pelas relações capitalistas de produção e, portanto, profundamente desigual, excludente e injusta”.

A partir das considerações do autor, podemos perceber o quão é desigual a educação para as crianças da rede pública e da rede particular, temos no nosso país uma grande diferença de uso de recursos destinados à educação, enquanto na rede privada não medem esforços e recursos para a melhoria da referida educação, na rede pública, vemos, cada vez menos, recursos destinados à educação básica.

Segundo dados do Portal UOL Educação (4/2021), nos últimos quatro anos, o Brasil reduziu o investimento em Educação em 56%, entre o ano de 2014 e 2018, diminuiu de R\$ 11,3 bilhões para R\$ 4,9 bilhões¹. A informação sobre essa redução de investimento consta em um informativo técnico da Câmara dos Deputados. O estudo identificou que caiu o valor gasto nos três níveis de ensino: básico, técnico e superior. O levantamento foi feito com bases em orçamentos efetivamente realizados entre 2014 e 2018 e corrigidos pelo IPCA (Índice de Preços ao consumidor Amplo) (MAZIEIRO, 2019).

De acordo com o Referencial Curricular da Educação Infantil (1998), a respeito da importância e significados da ludicidade enquanto princípio didático das práticas pedagógicas na Educação Infantil, a criança é um ser social e histórico e que está em processo de formação. E por isto, é necessário tomar como meta alguns objetivos gerais, de modo a articular o processo educativo, e as necessidades das crianças. Segundo o Referencial Curricular da Educação Infantil (1998): “Intenções educativas que estabelecem capacidades que às crianças poderão desenvolver como consequência de ações intencionais do professor. O que auxilia na seleção de conteúdos e os meios didáticos a serem utilizados”. (BRASIL, 1998, p. 47).

¹ A redução dos investimentos ocorreu devido a crise política gerada na transição de governos.

O art.29 da LDB diz o seguinte a respeito da educação infantil:

“Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996).

Segundo as DCNEI (2009) “as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que[...]ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas, devem garantir também a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano” (BRASIL, 2009).

Segundo a BNCC (2018) um direito de aprendizagem é [...]

Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário (BRASIL, 2018).

Sobre isso, não negamos a importância da BNCC(2018) para uma educação de qualidade, no entanto, a sua implementação, nas escolas públicas, enfrentam grandes desafios, dentre eles: fortalecer a formação continuada, pois as escolas precisarão de adequações e de profissionais de formação, para colocar em prática determinados pontos, sobretudo, os que demandam o uso de tecnologias, já que a Base Nacional Comum Curricular estabelece, que os alunos aprendam a apresentar-se por meio de diversos perfis, como gif, biodata, currículo web, Videocurrículo, wiki e sites, e é, então, que esbarram em outro desafio: garantir materiais didáticos de apoio; pois nas escolas públicas dificilmente se encontram laboratórios de informática capacitados para uso dos alunos; monitorar a sua implementação para mostrar se a elaboração dos currículos foi correta e se vai trazer alguns aprendizados importantes ; como desafio maior, podemos citar a elaboração de um novo currículo que considere as aprendizagens apontadas por esse documento como essenciais ao mesmo tempo em que reflete o carisma e a identidade da instituição, além da Adequação do Projeto político Pedagógico(PPP) ele deverá ser adaptado para se adequar às diretrizes da BNCC e a esse novo currículo que terá que considerar a integração de características regionais, pois as instituições terão que construir esse currículo não somente com as aprendizagens apontadas como essenciais , mas também que trabalhe aspectos relevantes do contexto do aluno.

Essa estrutura determinada pelo Referencial Curricular da Educação Infantil (1998) permite uma segurança e flexibilidade na organização do trabalho do professor. Isso é importante, pois ainda de acordo com o Referencial Curricular da Educação Infantil (1998),

todas estas instâncias permitiram o desenvolvimento físico, afetivo, cognitivo, ético, estético, de relação interpessoal e inserção social da criança (BRASIL, 1998).

É direito da criança ter acesso a uma educação básica de qualidade, seja em creches ou pré-escolas e estes lugares devem ser inclusivos, acolhedores e de qualidade, esse último adjetivo refere-se não somente ao ambiente escola, mas também a educação em si; com educadores qualificados para atuarem no espaço da educação infantil, pois eles têm uma função primordial para a valorização desta intensa responsabilidade que é ser educador na primeira infância, por isso, é necessário que eles revisem conceitos e fórmulas que permeiam esse ambiente que, por sua vez, tem que ser um ambiente lúdico, livre de quaisquer opressões e violências, sendo assim, um lugar apto para o convívio das crianças e com professores que respeitem a condição criança/infância.

Podemos ainda dizer que sua função é possibilitar a vivência, em comunidade, aprendendo a respeitar, acolher e a celebrar a diversidade dos demais, implicando também em uma profunda aprendizagem da cultura através de ações, experiências e práticas de convívio social que tenham bases sólidas, sendo também o primeiro contato que as crianças têm com a educação escolar de modo a garantir seu desenvolvimento integral.

3 AS TEORIAS DE PIAGET, VYGOTSKY E WALLON SOBRE BRINCAR E DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Discussões acerca da importância do brincar para o desenvolvimento infantil têm ocupado espaço considerável, no âmbito dos debates acadêmicos e, neles, estão presentes as discussões teóricas trazidas por Piaget, Vygotsky e Wallon. A forma como a criança se relaciona com o mundo e como se dá o processo de desenvolvimento delas nessas interações foi o foco das investigações desses teóricos. Ao investigar esse universo, trouxeram à tona o fato de que a brincadeira, o jogo, o brincar, é um dos meios pelo qual ocorre o desenvolvimento infantil.

Através do brinquedo, a criança aprende conceitos por si só, tornando-se um instrumento de aprendizagem. Sobre isso Kishimoto diz:

O brinquedo representa certas realidades, isto é, algo presente no lugar de algo. Pode-se dizer que um dos objetivos do brinquedo é dar à criança um substituto dos objetos reais para que possa manipulá-los. O vocábulo “brinquedo” não pode ser reproduzido à pluralidade de sentido do jogo, pois conota criança e tem uma dimensão material, cultural e técnica (KISHIMOTO, 1999, p. 16).

É inegável afirmar que a brincadeira infantil provoca o desenvolvimento afetivo, cognitivo, social e motor da criança e é condição indispensável para se entender como o infante conhece, aprende e compreende o mundo. O brincar, como nos ensinam Wallon, Piaget e Vygotsky, favorece a compreensão da passionalidade cotidiana, promove encontros entre a criança e o social, entre a criança e a cultura, oportuniza novas conexões entre os saberes.

Para Wallon (2007), o brincar é a atividade própria da criança e que comprova as múltiplas experiências vividas por ela como: memorização, socialização, articulação de ideias, ensaios sensoriais, entre outras.

O ato de repetir às brincadeiras não é sem valor, sobre isso Wallon (2007) nos diz:

A criança repete nas brincadeiras as impressões que acabou de viver. Reproduz, imita. Para as menores, a imitação é a regra das brincadeiras. A única acessível a elas enquanto não puderem ir além do modelo concreto, vivo, para ter acesso à instrução abstrata. Pois, inicialmente, sua compreensão é apenas uma assimilação do outro a si e de si ao outro, na qual a imitação desempenha precisamente um grande papel. (...) a imitação não é qualquer uma, é muito seletiva na criança (WALLON, 2007, p. 67).

O teórico Vygotsky (1998) sagrou a situação imaginária como um dos elementos basilares da brincadeira ao caracterizar o brincar infantil como “imaginação em ação”. Segundo esse teórico, o brincar ao admitir uma situação imaginária também comporta uma regra, obviamente, relacionada ao que se está sendo representado. Assim, quando a criança brinca de

ser mãe, busca agir de modo próximo ao modelo que conhece do contexto real, criando e se submetendo às regras da brincadeira de representar o papel de ser mãe, ainda segundo ele:

O mais simples jogo com regras transforma-se imediatamente numa situação imaginária, no sentido de que, assim que o jogo é regulamentado por certas regras, várias possibilidades de ação são eliminadas. Assim como fomos capazes de mostrar (...) que toda situação imaginária contém regras de uma forma oculta, também, demonstramos o contrário – que todo jogo com regras contém, de forma oculta, uma situação imaginária (VYGOTSKY, 1998, p. 126).

O autor ainda traz um enfoque do brinquedo ao criar na criança uma Zona de Desenvolvimento Proximal – ZDP, que é por ele definida como a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (VYGOTSKY, 1997).

A ZDP, segundo Vygotsky, define funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação. Portanto, é nas interações sociais, em relações assimétricas com o adulto ou com crianças mais competentes, que se estabelecem as Zonas de Desenvolvimento Proximal e se desenvolvem as funções mentais superiores, delineando o estado dinâmico de desenvolvimento do indivíduo (VYGOTSKY, 1997).

Para Piaget, o processo de construção do conhecimento envolve três aspectos importantes: o interacionismo, o construtivismo sequencial e os fatores que interferem no desenvolvimento (PIAGET, 1998). Na obtenção de novos conhecimentos, o sujeito passa pelos processos de assimilação e acomodação, buscando resgatar um equilíbrio cognitivo. A assimilação seria o processo de integração de novos conhecimentos em estruturas já existentes. E a acomodação seria a reestruturação dos esquemas anteriores. Sendo assim, para o teórico, o jogo é puramente assimilação predominando sobre a acomodação (PIAGET, 1998).

Piaget (1998, p. 160) define o jogo como sendo a “atividade intelectual da criança”. Assim, os jogos acompanham o desenvolvimento da inteligência, estando, então, vinculadas aos estágios do desenvolvimento cognitivo. Ele afirma que:

Cada ato de inteligência é definido pelo desequilíbrio entre duas tendências: acomodação e assimilação. Na assimilação, a criança incorpora eventos, objetos ou situações dentro de formas e pensamentos, que constituem as estruturas mentais organizadas. Na acomodação, as estruturas mentais existentes reorganizam-se para incorporar novos aspectos do ambiente externo. Durante o ato de inteligência, o sujeito adapta-se às exigências do ambiente externo, enquanto, ao mesmo tempo, mantém sua estrutura mental intacta. O brincar neste caso é identificado pela primazia da assimilação sobre a acomodação. Ou seja, a criança assimila eventos e objetos a suas estruturas mentais (PIAGET, 1998, p. 139).

Por fim, Piaget (1998) ao classificar o desenvolvimento infantil em vários estágios, identifica três grandes tipos de estruturas mentais que surgem sucessivamente na evolução do brincar: o exercício (jogos sensório motores), sendo substituído pelos jogos simbólicos e estes por sua vez, pelos jogos de regras. Os jogos de exercícios representam a forma inicial do jogo na criança e caracteriza o período sensório-motor do desenvolvimento cognitivo. A principal característica desses tipos de jogos é a repetição de movimentos e ações que exercitam as funções tais como andar, correr, saltar e outras pelo simples prazer funcional. Os jogos simbólicos se caracterizam pela habilidade de estabelecer a diferença entre alguma coisa usada como símbolo e o que ela representa seu significado. “Durante essa segunda fase, o jogo só se esboça ainda na forma de uma diferenciação ligeira da assimilação adaptativa. Somente em virtude do processo contínuo de desenvolvimento que poderemos até, por recorrência, falar de duas realidades distintas” (PIAGET, 1998, p. 120).

A criança não pode ser educada através da violência, do descaso e nem tão pouco do tradicionalismo; mas sim, pelo brincar, pois esta fica mais animada com o aprender e a evolução acontece. Segundo a hipótese de construção da aprendizagem, para Piaget (1998), a criança precisa interagir com o meio, e para que a aprendizagem aconteça é preciso que ela passe por dois processos que são o de assimilação e o de adaptação. Assimilação é o processo interno que absorve as informações e as conecta com experiências vivenciadas, havendo comparações que provoca uma desestabilização no pensamento, por acontecer a entrada de novos conhecimentos. E adaptação, é a acomodação dessas informações processadas, portanto, seria o processo da efetivação da aprendizagem que causa o equilíbrio das informações assimiladas (PIAGET, 1998, p. 48-49).

As crianças mudaram, a forma de ensinar e aprender deve seguir essa mudança, não podemos ficar preso em dogmas e paradigmas antigos, uma vez que já houve avanços legais e conceituais sobre a aprendizagem das crianças.

3.1 A Importância do ato de brincar

Com o avanço da tecnologia, smartphones, tablets e computadores tornaram-se, cada vez mais, frequente que esses objetos tomem o lugar dos brinquedos concretos e manuais.

É importante resgatar esse ato de brincar e a necessidade de recuperação dos jogos e brinquedos, considerados como alternativa eficaz para o fortalecimento dos processos interativos e enriquecimento da cultura infantil. Na área da educação, os teóricos assinalaram a importância do brinquedo infantil como recurso para educar e desenvolver a criança, desde que respeitadas as características da atividade lúdica.

É possível através do brincar, perceber como a criança está se sentindo e conhecer ainda que superficialmente, seu caráter e personalidade. Segundo Barros (1991):

Brincando com bonecas que representam pessoas de sua casa—papai, mamãe, etc. - crianças demonstram o que sentem em relação a cada uma delas. Além disso, dão vazão a certos impulsos que são forçados a recalcar na vida real: agressividade para com os pais e para com o irmãozinho, ou uma grande afeição para com uma pessoa da família.

Várias são as informações que se pode obter de uma criança através de uma brincadeira, quando se observa uma criança brincando, pode-se perceber a forma espontânea com que ela se expressa, cria ideias, invente estórias e situações. Além de experimentar várias possibilidades de ação dentro de uma realidade que, inclusive, podem ser transformadas conforme suas necessidades e vontades.

Segundo Oliveira (2000, p. 31): “Todas as vezes que a realidade se torna aos olhos da criança difícil de ser reproduzida ela a cria, combinando-a de modo a compensar seus aspectos menos assimiláveis.”

Ainda sobre este aspecto, Rizzi e Haydt (1987, p. 28), ainda afirmam: “Brincando o e jogando, a criança reproduz as suas vivências, transformando o real de acordo com seus desejos e interesses. Por isso pode-se dizer que, através do brinquedo e do jogo, a criança expressa, assimila e constrói sua realidade”.

Outro importante aspecto da brincadeira é o fato de possibilitar a criança a satisfação de atuar livremente sobre determinadas situações. Muitas vezes, o adulto impede que a criança desenvolva suas habilidades por não estar ciente de que a brincadeira para a criança é necessária, uma vez que, ela traz enormes contribuições para o desenvolvimento dessas habilidades, visto que as brincadeiras facilitam o crescimento corporal, de força e resistência física, de coordenação preceptora.

O ato de brincar é tão antigo quanto o ser humano. Alguns autores afirmam que esse ato não se limita apenas à humanidade, seria anterior inclusive ao próprio homem, pois já eram praticados por alguns animais. Huizinga (1992) já firmava que os animais brincam tal qual o homem, o que permite perceber que brincar, além de ser uma antiga atividade, é uma necessidade natural inerente tanto ao ser humano, quanto aos animais.

Os motivos para brincar, quando consideramos o brincar como uma característica da infância, compreenderemos que o lúdico é extraordinariamente importante para o desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo e social da criança. É brincando que a criança manifesta vontades e desejos construídos, ao longo de sua vida, e quanto mais oportunidades a criança tiver de brincar, mais fácil será o seu desenvolvimento. Segundo Carneiro e Dodge (2007, p. 59), “o movimento é, sobretudo para criança pequena, uma forma de expressão e mostra a relação existente entre ação, pensamento e linguagem”. A criança consegue enfrentar situações novas e inesperadas, e age de maneira independente, e consegue enxergar e entender o mundo fora do seu cotidiano.

4 CONCEITO DE LUDICIDADE

Este marco teórico representa uma breve discussão acerca do conceito do lúdico e as possíveis modificações sofridas por ele ao longo dos anos. Inicialmente “O lúdico tem sua origem na palavra latina” ludus" que quer dizer “jogo”. Se fossemos nos prender a sua origem, o termo lúdico estaria se referindo apenas ao jogar, ao brincar, ao movimento, espontânea”. (MIRANDA apud SILVEIRA, 2011, p. 9).

O lúdico é a manifestação da cultura humana na perspectiva da própria continuidade da espécie. Analisar este fenômeno, é ainda analisar o próprio sentido da educação e a importância desta no aprendizado e desenvolvimento infantil, como condição primeira à formação integral do indivíduo, indispensável ao processo de socialização e interação entre os semelhantes na busca da harmonia e da convivência fraterna.

Desta forma, percebe-se que ao utilizar-se de todos os tipos de jogos e brincadeiras, também está se dispondo de estratégias para aprender e ensinar de forma mágica e saudável. Ainda se verifica que: O lúdico é uma palavra de origem latina: “ludus”, que significa “jogo”. Poderia significar somente jogar, mas com a sua evolução tornou-se o que hoje podemos definir como uma forma de desenvolver a criatividade e o conhecimento através de jogos, brincadeiras, músicas (ALMEIDA apud VENTURINI, 2016, p. 13).

Levar o lúdico para dentro da sala de aula, torna a aula mais criativa e descontraída, fazendo com que a criança brinque uma vez que ela se desenvolve integralmente com as experiências oferecidas pelo brincar. É importante dizer que brincar é de suma importância para a criança; desenvolvendo sua criatividade e além disso, pode expressar-se de maneira significativa no mundo em que vive.

O lúdico passou a ser reconhecido como traço essencial de psicofisiologia do comportamento humano. De modo que a definição deixou de ser o simples sinônimo de jogo. As implicações da necessidade lúdica extrapolaram as demarcações do brincar espontâneo (FERREIRA; SILVA; RESCHKE [s/d], p. 3).

O lúdico é uma ferramenta importante na mediação do conhecimento, estimula a criança enquanto trabalha com material concreto, jogos, ou seja, tudo o que ela possa manusear, refletir e reorganizar; a aprendizagem acontece com mais facilidade e entusiasmo, pois ela aprende sem perceber, aprende brincando. Infelizmente, nos dias atuais, o termo ludicidade sofre um dilema, pois nem sempre é entendida de forma adequada, muitas vezes, o lúdico é visto apenas como uma atividade recreativa, com lápis de cor, tinta, papel, desenvolvida para a criança passar o tempo.

É fato que o ato de brincar enriquece a dinâmica das relações sociais em sala de aula, fortalecendo a relação entre o ser que ensina e o ser que concebe as interações e as afinidades, os laços estreitam-se, criando um vínculo importante que todo ser humano sente ao ser valorizado e ao valorizar os outros. Para o autor Kishimoto (1993):

Em meados de década de 1930 que os jogos educativos começaram a ser inseridos nas instituições infantis. Naquela ocasião, o Brasil conheceu personalidades importantes no campo da Psicologia, como Claparède, Pierre Janet, Mira e Lopes, André Reis e outros que auxiliaram na disseminação de estudos na área da psicologia infantil, inclusive sobre o jogo. O sentido do jogo era considerado como uma manifestação dos interesses e necessidades das crianças e não apenas como distração. A formação da criança era viabilizada por meio dos brinquedos e dos jogos que ela executava (KISHIMOTO, 1993, p. 23).

Para o referido autor, o lúdico é importante para descontrair e faz bem para a saúde física, mental e intelectual de todos. Para a criança, a ludicidade ajuda desenvolver a linguagem, o pensamento, a socialização, a iniciativa e a autoestima.

É importante salientar que a ludicidade não se limita apenas aos jogos e as brincadeiras da infância, mas toda atividade livre que proporcione momentos de prazer acompanhado de aprendizagem, para que ela tenha a oportunidade de socializar com seus pares, uma vez que, as atividades lúdicas mexem tanto com o físico quanto com o emocional da criança, movimento e sentimentos caminham juntos.

Diante disso Carmo et al. falam:

[...] a ludicidade é a forma da criança de aprender e se desenvolver, de se apropriar da cultura que a cerca de forma prazerosa, para que desperte o seu interesse. Para tanto, as atividades lúdicas não devem ser impostas, se assim for, perde sua principal característica, a liberdade de escolha, e o propósito de uma atividade baseada em seu interesse (Carmo et al., 2009, p. 09).

Ainda sobre isso Piaget apud Santos falam:

O lúdico é uma característica fundamental do ser humano, do qual a criança depende para se desenvolver. Para crescer, brincar e para se equilibrar frente ao mundo precisa do jogo. Aprender brincando tem mais resultados, pois a assimilação infantil adapta-se facilmente à realidade (PIAGET apud SANTOS, 2001, p. 173).

De fato, é necessário deixar a ideia de que uma brincadeira não tem conceito de aprendizado, como vários autores citados afirmam, a ludicidade é uma aliada à educação e não uma inimiga. Para se ter resultados satisfatórios é necessário ter educadores capazes de analisar e compreender cada conceito que envolvem os jogos e brincadeiras.

4.1 Caracterização dos jogos, brinquedos e brincadeiras

Neste marco teórico, serão abordados a caracterização dos jogos, brinquedos e brincadeiras sob a perspectiva de diversos autores, tais quais sua relevância no ensino aprendizagem das crianças.

A ideia de que a criança é produtora de cultura e é produzida pela cultura começa a ser difundida por inúmeros estudiosos da infância, Kramer e Nunes (2007, p. 15) pronuncia que as crianças não se resumem a ser alguém que não é, mas que se tornará adulto no dia que deixar de ser criança. Reconhecemos o que é específico da infância, sua imaginação, fantasia, criação, a brincadeira entendida como experiência de cultura, a infância é mais que um estágio, é categoria da história. As crianças brincam, isso é que as caracterizam, elas viram as coisas pelo avesso e assim revelam a possibilidade de criar e construir novos significados sobre as coisas e o mundo que a cerca.

A educação teve que adequar-se a esse conceito de criança e brincadeira. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil (2009), no Art. 9º, as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo que a ludicidade seja contemplada no currículo, assim como no Art. 8º fica explícito que a proposta pedagógica de todas as instituições de Educação Infantil devem ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

A partir disso, passa a reconhecer a brincadeira e tudo que a envolvem como jogos e brinquedos como fundamental para o desenvolvimento cognitivo total da criança, deixando de ser algo banal e sem importância, para algo realmente importante, deixando evidente que as interações e brincadeiras são o eixo de trabalho pedagógico na educação infantil.

Segundo Friedmann (1996, p. 28) os exercícios lúdicos, que constituem a forma inicial do jogo na criança, de maneira nenhuma são específicos dos dois primeiros anos ou da fase de condutas pré-verbais. Eles são específicos desde o nascimento até o aparecimento da linguagem. Neste sentido, temos como exemplo o chocalho que emite sons, e se faz barulho chama atenção dos bebês, desenvolve audição e coordenação motora e pode ser brincado a partir dos três anos de idade.

O jogo de regras só se constitui no decorrer dos quatro a sete anos e, sobretudo, no período dos sete aos doze anos. Com isto, o jogo de regras subsiste e desenvolve-se mesmo

durante toda a vida como o esporte, o xadrez, os jogos de cartas, o jogo de damas, etc. Com isto afirma Friedmann (1996):

A regra supõe, necessariamente, relações sociais ou interindividuais. A regra é uma regularidade imposta pelo grupo e sua violação constitui uma falta. Há jogos regulados comuns a crianças e há adultos, e muitos, especificamente os infantis, foram transmitidos de geração a geração. Os jogos de regras podem conter exercício sensório-motor ou imaginação simbólica. Neles as regras é o elemento novo que resulta da organização coletiva e das atividades lúdicas (1996, p. 32).

Os jogos de construção: caracteriza-se pela atividade principal que é construir e usar diversos objetos e materiais para criar um novo, como: aviãozinho de miriti, carrinho de sucata, casas de papelão, etc. Esses jogos são considerados de suma importância para o desenvolvimento intelectual das crianças, pois estimulam sua criatividade, concentração e imaginação na criação de um novo objeto. Nesta perspectiva afirma Kishimoto (2006, p. 40):

O jogo de construção tem uma estreita relação com o de faz de conta. Não se trata de manipular livremente tijolinhos de construção, mas de construir casas, móveis ou cenários para as brincadeiras simbólicas. As construções se transformam em temas de brincadeiras e evoluem em complexidade conforme o desenvolvimento da criança (2006, p. 40).

No jogo individual ou coletivo, a criança ao escolher ou recusar uma atividade, ao decidir qual a forma de realizar essa atividade, ao demonstrar sua capacidade de continuidade e de esforço, espelhará sua personalidade. Daí resulta a importância do jogo no processo da formação lúdica dos indivíduos e conseqüentemente da aprendizagem infantil.

A infância é dominada pelo jogo. Sua carência pode favorecer neuroses infantis que se desencadearão até a fase adulta, uma vez que não foram superados suficientemente, os níveis de agressividade, competitividade, etc. Desta forma, o jogo se torna fundamental na vida da criança como instrumento indispensável ao seu pleno desenvolvimento, enquanto recurso de integração, socialização e de superação de inúmeros desajustamentos de ordem psicossocial, ao mesmo tempo, em que estimula a criatividade, raciocínio, investigação, etc. Os jogos representam recursos didáticos de grande valor na aprendizagem infantil, pois a criança aprende melhor brincando e todos os conteúdos podem ser ensinados através da brincadeira e jogos.

Segundo Piaget (1976, 56): “Os jogos não são apenas uma forma de entretenimento para gastar energias das crianças, mais meios que contribuem e enriquecem o desenvolvimento intelectual”. Nesta perspectiva, o brinquedo surge para enriquecer e implementar a atividade lúdica agregado aos jogos, desenvolvendo assim, relevante papel no que concerne às atividades cotidianas das crianças. Almeida (2005) faz referência ao brinquedo quando afirma que:

“O brinquedo faz parte da vida da criança. Ele simboliza a relação pensamento X ação e, sob este ponto, constitui provavelmente a matriz de toda atividade linguística, ao tornar possível o uso da fala, do pensamento e da imaginação” (ALMEIDA, 2005, p. 42).

Ainda quanto esta importância do brinquedo e das brincadeiras na aprendizagem infantil e o desenvolvimento da linguagem, refere Cunha (2000, p. 45): “O brinquedo e as brincadeiras são excelentes oportunidades para nutrir a linguagem da criança. O contato com diferentes situações estimula também a linguagem interna e o aumento do vocabulário”.

As brincadeiras são uma fonte de movimentos e atividades físicas, pois brincadeiras de pula corda, ciranda, brincadeiras de rodas entre outras, mantêm o corpo das crianças em movimentos podendo contribuir para um corpo saudável, longe do sedentarismo.

A classificação dos jogos e brinquedos surge da necessidade instintiva do ato de brincar, uma vez que os jogos e os brinquedos representam oportunidade de desenvolvimento. Brincando, a criança experimenta, descobre, inventa, exercita e confere suas habilidades. Quanto à importância do brinquedo e seu significado para a aprendizagem infantil, refere-se Cunha (2000, p. 51): “O brinquedo estimula a curiosidade, a iniciativa e a autoconfiança. Proporciona aprendizagem, desenvolvimento da linguagem, do pensamento e da concentração da atenção”.

Para seleção de brinquedos, torna-se indispensável relacionar alguns critérios para sua escolha, universalmente conhecidos, que são: Interesse, Adequação, Apelo à Imaginação, Versatilidade, Composição, Cores e Formas, Tamanho, Durabilidade e Segurança.

É necessário se ter um cuidado especial quando for escolher os brinquedos e as brincadeiras para que sejam de acordo com a faixa etária das crianças, para que não haja o risco de acidentes.

Uma vez esses recursos assegurados, os brinquedos e as brincadeiras são excelentes aliados à construção de atividades que tenha intencionalidade pedagógica no desenvolvimento do currículo para educação infantil.

5 O LÚDICO NO AUXÍLIO DO APRENDIZADO DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O ato de brincar é uma manifestação da infância, através dele as crianças aprendem e se comunicam com o mundo e consigo mesmas, há muito tempo, se via a brincadeira como algo sem valor, no entanto com a Base Nacional Comum Curricular, o brincar passou a ser um dos direitos de aprendizagem das crianças, ela ainda reconheceu outros cinco direitos fundamentais, que são eles: Conviver; Participar; Explorar; Expressar e Conhecer-se, esses são também direitos fundamentais das crianças. Vejamos o que diz a BNCC sobre a primeira etapa da educação Básica e sobre esses direitos “[...] E de acordo com os eixos estruturantes da Educação Infantil (interações e brincadeiras), devem ser assegurados seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, para que as crianças tenham condições de aprender e se desenvolver” (BRASIL, 2018, p. 35).

De acordo com as DCNEI (2009), em seu Artigo 9º, os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica são as interações e as brincadeiras, experiências por meio das quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização.

Ainda sobre o brincar a BNCC (BRASIL, 2018) diz:

Brincar de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), de forma a ampliar e diversificar suas possibilidades de acesso a produções culturais. A participação e as transformações introduzidas pelas crianças nas brincadeiras devem ser valorizadas, tendo em vista o estímulo ao desenvolvimento de seus conhecimentos, sua imaginação, criatividade, experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais (BRASIL, 2018, p. 35).

Deixando evidente que não basta apenas colocar as crianças para brincarem em sala de aula, é necessário que exista por trás todo um planejamento pedagógico para que seja eficiente esse aprendizado do aprender brincando, além disso, é preciso também um acompanhamento da aprendizagem e do desenvolvimento para analisar a efetividade das mesmas.

Para que seja efetivo esse ensino aprendizado, é recomendável colocar brincadeiras que explorem o ambiente da sala de aula, que promovam a interatividade e a socialização, jogos que teste as habilidades físicas, como pular, correr, além de aprender a ganhar e a perder como já citado nos tópicos anteriores; aprendem também a cooperação, a liderança, a obediência a regras; jogos de memória ajuda na capacidade de memorização, agilidade de raciocínio e concentração.

Para melhor esclarecer, preparamos um quadro com algumas brincadeiras e suas funcionalidades:

Quadro 1 – Funcionalidades dos jogos e brincadeiras

TIPOS DE JOGOS	EXEMPLOS	FUNCIONALIDADES
JOGOS DE CONSTRUÇÃO	Aviãozinho de papel, carrinho de sucata, carrinho de rolimã, caixa de papelão.	Desenvolvimento intelectual, estimula a criatividade, a concentração e a imaginação.
JOGOS DE REGRAS	Jogo de Damas, jogo de xadrez, Dominó, jogo de cartas.	Exige estratégia, raciocínio, aprendem regras e conceitos.
JOGO INDIVIDUAL OU COLETIVO	Pega pega, batalha naval.	Favorece a interação, a convivência com outras crianças e aprendem a lidar com diferentes situações e sentimentos.
JOGOS FUNCIONAIS	Faz de conta.	Exercita a imaginação, criatividade.

Fonte: Autoria própria, 2021 (Adaptado de Kishimoto (2006); Friedmann (1996)).

O ato de Brincar é um direito da criança e como podemos ver sucintamente com o exemplo no quadro, seus benefícios são inúmeros, somos nós adultos que às vezes negligenciamos esse direito, quantas vezes já presenciamos falas como: “Para de brincar e vai estudar” ou “você estava perdendo tempo brincando em vez de estar estudando?”, os adultos fazem isso, porque o ato do brincar ainda é visto como sem valor educacional, isso é cultural, advindo de um não conceito de criança e infância que existiu a muito tempo atrás.

Hoje em dia, alguns educadores ainda têm esse pensamento, felizmente não são todos. A ludicidade passou a ser presente na sala de aula, jogos, brincadeiras e plataformas digitais educativas passam a ser aliados do ensino aprendido, os educadores passaram a planejar e mediar para que as crianças aprendam brincando, afinal, elas nascem com essa necessidade de brincar, elas interagem com o ambiente e com outras crianças, exteriorizam o que sentem, aprender a interagir com o outro, a respeitar regras, aprendem a conviver com as diferentes

sensações e sentimentos, então, podemos afirmar que o lúdico em sala de aula, ajuda a potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças.

A criança tem a necessidade de brincar, ela é parte de como se comunicam com o mundo ao seu redor, se pensarmos nos benefícios que o ato de brincar aliado à educação tem para o ensino aprendido, além dos citados anteriormente que são os benefícios físicos motor, social, intelectual, didático, podemos citar também o clima agradável, participativo, interativo e feliz que o lúdico traz para a sala de aula, bem como que através dele o aluno ganha conhecimentos e aprendizados que o fazem ser um bom aluno e futuramente ser um bom cidadão.

Esses conhecimentos são: a aprendizagens de lidar com diferentes sentimentos e situações (perdas, ganhos, frustrações, etc), espontaneidade, criatividade, autonomia, poder de decisão, regras, compreensão, enfim, aprendizagens que elas iram levar para o resto de suas vidas. Para isso, devemos entender que a escola não pode ser uma prisão, em que, quem está ali não pode brincar, falar, rir ou exercer atividades motoras como andar, pular ou correr, temos que desemparedar a educação para as crianças e fazer com que este ambiente escolar seja alegre, criativo e acolhedor do jeito que as crianças são naturalmente.

6 METODOLOGIA OU PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo realizado se constitui de uma revisão bibliográfica de caráter documental relativa ao tema Aprender Brincando: O lúdico na educação Infantil (pesquisa em livros, artigos, sites, matérias de jornais e revistas, blogs oficiais), caracterizando-se por uma análise descritiva e qualitativa (reflexão e discussão das leituras realizadas) a respeito do lúdico e dos conceitos decorrentes, de forma a constituir-se em um referencial norteador a estudos posteriores.

A revisão bibliográfica adotada resultante da pesquisa bibliográfica, permitiu uma abordagem qualitativa destes elementos conceituais, permitindo uma maior compreensão do objeto de estudo em questão ludicidade, os jogos, brinquedos e brincadeiras enquanto recursos importantes e fundamentais para uma melhor aprendizagem e ensino na Educação Infantil. Para Ludke e André (1986, p. 18), a pesquisa qualitativa é a que “se desenvolve em uma situação natural, é rica em dados descritivos, tem um plano aberto, flexível, e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”.

Foram procedidas, análises e sistematização dos pressupostos teóricos analisados e que passaram a ser descritos qualitativamente, de modo que, finalmente, foi procedida a dissertação do texto final da pesquisa em que se constitui este Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Houve um comprometimento em citar e referenciar os autores utilizados no estudo respeitando as normas regulamentadoras da ABNT, que dispõem sobre os elementos a serem incluídos e orientam a compilação e produção de referências e citações dos dados coletados, deixando explícito que estes foram utilizados com a única finalidade científica.

O objetivo deste estudo foi a investigação do lúdico, através dos jogos, brinquedos e brincadeiras e como ele pode auxiliar no ensino para as crianças, bem como discutir e analisar como o ato de brincar é essencial para elas, através de um levantamento teórico objetivando uma maior compreensão sobre a Ludicidade no processo de ensino aprendizagem das crianças.

6.1 Fontes

Para dar o embasamento necessário para esta pesquisa, foram utilizados alguns textos e citações de Piaget (1999); Vygotsky (1997), Almeida (2005); Cunha (2000); Freitas (1999); Kishimoto (2006); Kuhlmann Jr. (2000) Wallon (2007); da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996; Base Nacional Comum Curricular (2018); Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2009); Artigos científicos encontrados nas plataformas

acadêmicas do a Google scholar; *Scielo*; Brasil escola; nos sites oficiais do Ministério da Educação, do Estatuto de proteção a crianças e Adolescentes; Projetos de Leis da Constituição Federal, Do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e também foram utilizadas como modelos para estruturação desse TCC, 5 monografias das Universidades: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2010); Universidade Federal da Bahia (2009); Faculdade Calafiori (União de Escolas Superiores Paraíso. Minas Gerais; 2010), Universidade Rural da Amazônia e da Universidade Estadual da Paraíba.

6.2 Coleta de dados

A Coleta de dados seguiu a seguinte premissa, primeiramente foi feita uma leitura exploratória de todo material selecionado (devido à vasta gama de materiais e ao pouco tempo disponível, fez-se necessário uma leitura rápida que objetivasse verificar se a obra consultada era de interesse para o trabalho); em seguida uma leitura seletiva e crítica (leitura mais aprofundada e com um olhar crítico das partes essenciais e de interesse); foi feito o registro de informações extraídas das fontes e materiais específicos, bem como detalhamento das informações (autores, método, resultados, ano e conclusões) e, por último, foi realizado um resumo de artigos científicos e documentos oficiais.

Na discussão dos resultados e análise das informações coletadas, nos documentos oficiais e teóricos estudados, pudemos constatar que realmente a criança aprende brincando e que o lúdico é uma importante ferramenta pedagógica que auxilia o ensino aprendizagem, estimulando o desenvolvimento da maneira integral e espontânea, favorece a criatividade, o pensamento, a atividade motora, e torna o ambiente mais acolhedor e agradável.

Nas considerações finais, salientamos que as brincadeiras e interações são eixos estruturantes das práticas pedagógicas e que com a Base Nacional Comum Curricular (2018), a criança passou a ser o centro de todo o planejamento curricular escolar, bem como descrevemos os benefícios físicos, emocionais, intelectual, social e didático que a ludicidade aliada a educação traz.

7 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS NOS DOCUMENTOS OFICIAIS E TEÓRICOS ESTUDADOS

A partir dos objetivos específicos propostos para este estudo, podemos identificar os seguintes resultados decorrentes da análise descritiva e discutida no decorrer da revisão da literatura. Foi constatado que o lúdico contribui de maneira significativa para a melhoria do processo de ensino aprendizagem das crianças, favorecendo a criatividade, o pensamento, a interação, a atividade motora, além de estimular o desenvolvimento da criança de maneira integral e espontânea. Sem esquecer de que quando se ensina de maneira lúdica, o ambiente da sala de aula se transforma, tornando-se mais acolhedor, agradável propiciando um ambiente de melhor convivência.

7.1 Documentos oficiais

Podemos perceber também que graças aos documentos legais citados, durante essa pesquisa, como a Constituição Federal de 1988, marco inicial que garante a educação como direito de todos e dever do Estado, foi um marco importante, pois colocou como responsabilidade dos municípios priorizarem o ensino fundamental e o pré escolar.

A Lei de Diretrizes de Bases (LDB) Lei n° 9394/96 que incorporou a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica e formalizou a municipalização desta, tornou essa etapa obrigatória e gratuita, obrigou a matrícula de crianças de 4 a 5 anos de idade, tendo assim, como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, contribuiu também para a remoção de caráter assistencialista da educação infantil.

O Referencial Comum Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) que procurou nortear o trabalho realizado com criança de 0(zero) a 6 (seis) anos de idade, este representa um grande avanço na busca de uma melhor estruturação do papel da educação infantil, tornando-se um guia de orientação que serve de base para discussões entre profissionais, na elaboração de projetos educativos singulares e diversos, contribui para um melhor planejamento de práticas educativas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2019) que consideram a criança centro do planejamento curricular, assim como assegura a elas, o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à brincadeira, à convivência e a interação com outras crianças,

assim como as interações e a brincadeira como eixos principais e estruturantes do trabalho pedagógico.

Não menos importante a BNCC, que coloca o ato de brincar como um direito de aprendizagem da criança., no sentido de promover uma mudança conceitual no currículo da educação Infantil, a partir dela, a criança passou a ser vista como produtora de cultura e não apenas como uma receptora de conhecimento e mensagens que os adultos transmitiam.

7.2 Significados dos jogos, brinquedos e brincadeiras e importância do Lúdico

Descrever os significados dos jogos, brinquedos e brincadeiras enquanto recurso de aprendizagem na Educação Infantil, é importante, pois consideramos que, com os jogos, as crianças aprendem regras e conceitos que vão levar para a sua vida adulta; as brincadeiras e brinquedos tornam a aprendizagem interativa, participativa, além de que com as brincadeiras, elas equilibram as tensões provenientes do convívio em sala de aula e nos aspectos afetivos sociais incluem sentimentos e emoções, atitudes de aceitação e rejeição de aproximação ou de afastamento.

Os aspectos cognitivos dependem, como os demais, de aprendizagem e maturação que podem variar desde simples lembranças de aprendido, até mesmo, formular e combinar ideias, propor soluções e delimitar problemas.

Quanto ao refletir sobre a importância do lúdico e seu conceito, podemos perceber que este vem se modificando ao longo do tempo, embora ainda exista uma certa resistência por parte de alguns professores que atuam na Educação Infantil, já que estes não tiveram uma educação lúdica quando criança ou durante sua formação acadêmica, precisando fazer com que estes resgatem o aludido princípio posto que o brincar é uma característica importante da infância e, portanto, a criança aprende brincando.

7.3 Pensar dos Grandes estudiosos

Quanto ao pensar dos grandes estudiosos Piaget (1999), Vygotsky (1997) e Wallon (2007), percebemos que estes sempre colocaram a criança como sujeito pertencente a cultura, sendo assim, responsável por também modificá-la. Eles deram luz ao conceito de aprendizagem para criança e infância, bem como o fato de que suas especificidades e particularidades deveriam ser analisadas e respeitadas no processo de ensino aprendizagem, embora cada um

tenha tido sua linha de pensamento, não deixaram de pensar nelas como sujeito participante da sociedade e cultura.

Piaget (1974), ao longo de suas obras, deixa evidente que os jogos e brincadeiras não são apenas atividades banais ou de puro entretenimento para que assim, as crianças gastem suas energias, mas mostra claramente que estes são meios que contribuem e enriquecem o desenvolvimento intelectual delas, propondo fases e categorias que estabelecem como ocorre a aprendizagem e o desenvolvimento da criança.

Para Vygotsky (1997) as brincadeiras exercem forte influências no desenvolvimento da criança, uma vez que é utilizada por ela, ora pela necessidade de ação, ora para satisfazer suas impossibilidades de executar certas ações. No entanto, a brincadeira não é apenas uma atividade simbólica, pois ela se baseia em regras de comportamentos que condizem com aquilo que está sendo representado. Vygotsky (1998), diferentemente de Piaget, considera que o desenvolvimento ocorre, ao longo da vida, e que as funções psicológicas superiores são construídas ao longo dela. Ele não estabelece fases para explicar o desenvolvimento como Piaget e, para ele, o sujeito é um ser interativo, ou seja, a criança usa as interações sociais como formas de acesso a informações, por exemplo: aprendem a regra do jogo, por intermédio dos outros e não como o resultado de um engajamento individual na solução de problemas.

Vygotsky (1998), diferentemente de Piaget, considera que o desenvolvimento ocorre, ao longo da vida, e que as funções psicológicas superiores são construídas ao longo dela.

Wallon (2007) diz que o ato de brincar é uma atividade própria da criança e, por meio desta, ela adquire experiências vividas através das brincadeiras e que o ato de as repetir não é sem valor, sendo assim, parte de seu desenvolvimento. Ele demonstra muito interesse acerca das relações sociais nos momentos de jogo e o brincar, por meio das interações, e as crianças exteriorizam seus desejos e experiências, especificamente sobre os jogos ele diz: “Os jogos comprovam as múltiplas experiências vividas pelas crianças, como: memorização, enumeração, socialização, articulação, sensoriais, entre outras (WALLON, 2007).

Para esse autor, o pensamento da criança é consequência da interação física dela com o meio o qual está inserida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As brincadeiras constituem para as crianças, atividades essenciais que trazem segundo a revisão bibliográfica deste estudo, grandes benefícios do ponto de vista social, físico, emocional, didático e intelectual, elas são eixos do trabalho pedagógico na educação infantil.

Como benefício social, a criança, através do lúdico manifestam situações que simbolizam uma realidade que ainda não pode alcançar; através dos jogos simbólicos se explica o real e o eu. As brincadeiras e as interações são eixos estruturantes das práticas pedagógicas na educação infantil, propostas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI/2009) e pela Base Nacional Comum Curricular (2018), sendo assim, necessário compreender que, com isso, a criança passa a ser o centro do planejamento pedagógico, ocupando papel ativo na construção de seus conhecimentos, deste modo, deve-se entender o brincar como sendo direito da criança.

Esse tema é importante em todos os debates e documentos oficiais que contemplam a educação infantil, garantindo assim o direito de brincar para as crianças e mostrando a relevância que este tema traz para o meio educacional, portanto para este trabalho.

Como benefício físico, o lúdico satisfaz as necessidades de crescimento e competitividade da criança. Os jogos lúdicos devem ser a base fundamental dos exercícios físicos impostos às crianças pelo menos, durante o período escolar, aqui, podemos citar as brincadeiras comuns da infância como pega-pega, cirandinha, pular corda, que são divertidas e são ótimos exercícios físicos para as crianças. Nos aspectos psicomotores, encontram-se várias habilidades musculares e motoras, de manipulação de objetos, escrita e aspectos sensoriais.

Como benefício intelectual, o brinquedo contribui para a desinibição, descontração produzindo um estímulo mental e altamente fortificante. Nesta perspectiva, os jogos podem ser a única maneira de adentrar os sistemas formais de ensino.

Como benefício didático, as brincadeiras transformam conteúdos entediantes em atividades interessantes e participativas revelando certas facilidades através da aplicação do lúdico.

Como benefício emocional, podemos citar o conhecimento decorrente da perda e do ganho, já que em um jogo nem sempre é possível ganhar todas as vezes, e a criança aprende a lidar com essas questões que são tão comuns no dia a dia e durante seu crescimento.

Então, ao fazer essa pesquisa bibliográfica, ficou evidente que o lúdico é mais do que necessário, ele é indispensável para se ter um bom aprendizado das crianças. Percebemos também que, há muitas discussões e debates sobre esse assunto que, cada vez mais, ganha

espaço no meio educacional, embora cercado por polêmicas e questionamentos acerca de seu uso e eficácia.

O objetivo da pesquisa foi alcançado, porém fica em aberto várias questões sobre o tema, como não foi possível visitar as escolas enquanto estava sendo elaborado esse projeto, devido à grande pandemia que estamos enfrentando no momento, alguns questionamentos não foram possíveis esclarecer.

De início, usei como base, o projeto de pesquisa feito por mim para o componente de Estágio Curricular Obrigatório do 6º período. Também como este foi meu primeiro TCC, com esse tipo de pesquisa, tive certas limitações e dificuldades em decorrência do momento pandêmico que estamos vivenciando nesse período, mas deixo para vocês dar continuidade em um momento oportuno a esta temática que é de suma importância e precisa ser mais debatida e discutida, pois esses são temas relevantes da educação Infantil. Além disso, esperamos que esse debate chegue às escolas públicas e aos professores que trabalham nessa etapa da educação, uma vez que as escolas necessitam de um olhar próximo, cuidadoso, amoroso, porque esse é o período de grande desenvolvimento da personalidade infantil, em que, por meio das brincadeiras espontâneas e dos jogos, as crianças se desenvolvem e manifestam como elas estão apreendendo a realidade com a qual convivem.

Pensar na ludicidade não só como uma simples obrigação ou direito da criança, mas sim como algo essencial para que os educadores pensem que a ludicidade está sendo estudada e pensada como um processo essencial no desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. N. de. **Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo: Loyola, 2005.
- ÁRIES, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BARROS, C. S. **Pontos de Psicologia do Desenvolvimento**. São Paulo: Ed. Ática, 1991.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei Nº 8.069/90. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Congresso Nacional.
- BRASIL. Governo Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Subsídios para o credenciamento e o funcionamento das instituições de educação infantil**. Brasília, MEC/SEF, 1998a.
- BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. v.1. Brasília, MEC/SEF, 1998b.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política nacional de educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006.
- BRASIL/Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Resolução CNE/CEB nº5**, de 17/12/2009. Brasília: MEC, 2009.
- BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum**. Abril de 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc/>. Acesso em: 07 fev. 2021.
- CARMO, C. P. do C.; VEIGA, E. C. F. V.; CINTRA, R. C. G. G.; LIMA, S. da S. C. A ludicidade na educação infantil: aprendizagem e desenvolvimento. **VI seminário Internacional sobre Profissionalização Docente**, p. 1-13, 2017, Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23662_12144.pdf. Acesso em: 09 abr. 2021.
- CARNEIRO, M. Â. B.; DODGE, J. J. **A descoberta do brincar**. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 2007.
- CUNHA, N. H. **Brinquedoteca: Um Mergulho no Brincar**. São Paulo: Ed. Maltese, 2000.
- DIDONET, V. **Educação Infantil**. Brasília/DF: Ed. Humanidades, 1991.
- DIDONET, V. Creche: a que veio, para onde vai. In: Educação Infantil: a creche, um bom começo. **Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**, Brasília, v. 18, n. 73, 2001. p.11-28.

FERREIRA, J. de F.; SILVA J. A. da; RESCHKE, M. J. D. **A importância do lúdico no processo de aprendizagem.** Disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/A%20IMPORTANCIA%20DO%20LUDICO%20NO%20PROCESSO.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2021.

FREITAS, H. C. L. A reforma do Ensino Superior no campo da formação dos profissionais da educação básica: As políticas educacionais e o movimento dos educadores. **Educação e Sociedade:** Formação de profissionais da educação, políticas e tendências; Campinas: Cedes, 1999. Número especial, 68.

FRIEDMANN, A. **O Direito de Brincar.** São Paulo: Fundação ABRINQ, 1996.

HUIZINGA, J. **O jogo como elemento da Cultura.** Trad. João Paulo Monteiro, São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992.

KISHIMOTO, T. M. **Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

KISHIMOTO, T. M. O jogo e a educação infantil. In: Kishimoto, T. M. (org). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

KISHIMOTO, T. M. Froebela a concepção de jogo infantil. In: KISHIMOTO, Tisuco Morchida (Org.) **O brincar e suas teorias.** São Paulo: Ed. Pioneira & Ed. Thomson Learning, 2006.

KRAMER, S. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/é fundamental. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 96, p. 797-818, 2006.

KRAMER, S.; NUNES, M. F. Gestão pública, formação e identidade de profissionais de educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 131, p. 423-454, 2007.

KUHLMANN JR. M. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação:** RJ, 2000. Nº 14, Mai/jun/jul/ago.

KUHLMANN JR. M. A circulação das ideias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: KUHLMANN JR., M.; FREITAS, M. C. de. (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância.** São Paulo: Cortez, 2002.

KUHLMANN JR. M. **Infância e educação Infantil:** uma abordagem histórica. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MALAQUIAS, M. S.; RIBEIRO, S. de S. **A Importância do Lúdico no Processo de Ensino-Aprendizagem no Desenvolvimento da Infância.** 2013. Disponível em <https://psicologado.com/atuacao/psicologia-escolar/a-importancia-do-ludico-no-processo-de-ensino-aprendizagem-no-desenvolvimento-da-infancia>. Acesso em: 02 fev. 2021.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MAZIEIRO, G. **UOL EDUCAÇÃO**. Brasília: UOL, 02/05/2019 04h00. Atualizada em 02/05/2019 12h48. Disponível em: <https://educacao.uol.com/noticias/2019/05/02/em-4-anos-brasil-reduz-investimentos-em-educacao-em56.amp.htm>. Acesso em: 23 mar. 2021.

OLIVEIRA, Z. R. de O. **Educação Infantil Métodos**. São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, V. B. **O Brincar e a criança do Nascimento aos seis anos**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

PIAGET, J. La Prise de Conscience. Paris: PUF, 1974. [**A Tomada de Consciência**. São Paulo: EDUSP/Melhoramentos, 1974].

PIAGET, J. **Psicologia e Pedagogia**. Trad. Por Dirceu Accioly Lindoso e Rosa Maria Ribeiro da Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

PIAGET, J. **A psicologia da criança**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1998.

PIAGET, J. **Seis Estudos de Psicologia**. 24. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999, 136 p.

RIZZI, L.; HAYDT, R. C. **Atividades Lúdicas na Educação da Criança**. São Paulo: Ed. Ática, 1987.

SANTOS, S. M. P. dos. (org.). **A ludicidade como ciência**. Petrópolis: vozes, 2001.

SEVERINO, A. J. Palestra: “**Pesquisa a serviço do ensino**”. Dia Ago. 2008. VII Forum Nacional de Professores de Ciências Contábeis. Disponível em: www.congressocfc.org.br/.../PESQUISA%20A%20SERVIÇO%20DO%20ENSINO%20. Acesso em: 20 mar. 2021.

SILVEIRA, A. A. da. **A importância do lúdico no ensino aprendizagem**. 2011. 55 f. Monografia (Especialização em Psicopedagogia com Ênfase em Educação Infantil) – Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena. Alta Floresta, 2011.

UJIE, N. T.; PIETROBON, S. R. G. O movimento a favor da infância no Brasil. **Cadernos do CEOM – Memória, História e Educação**. Chapecó, SC, ano 21, n. 28, 2008.

VENTURINI, D. M. **A Importância da Ludicidade na Escola na Perspectiva de Professores Atuantes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**, 2016. 49 f. Monografia (Graduação) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2016.

VYGOTSKY, L. S. **Obras escogidas V**. Madrid: Centro de Publicaciones Del MEC y Visor Distribuciones, 1997.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fonte, 1998.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2007
(Coleção Psicologia e Pedagogia).

APÊNDICES

APÊNDICE A – Cronograma utilizado na pesquisa inicial

CRONOGRAMA

Etapas	Responsável	Atividades desenvolvidas	Objetivos	Carga horária
Inserção do lúdico em crianças de 2 anos	Docente 1	Desenhar e colar	Cobrir um rascunho de um coração em seguida preenchê- com papel colorido	Semanal
Inserir o lúdico em crianças com faixa etária de 3 à 4 anos	Docente 2	Hora da história	Contar histórias e usar canções infantis	Semanal
Inserir o lúdico na faixa etária de 5 à 6 anos	Docente	Material dourado e concreto	Utilizar materiais concretos para solucionar problemas envolvendo situações do cotidiano dos alunos	Semanal
Coleta de dados	Docente 1, 2 e 3	Pesquisa de aprendizagem	Analisar se as atividades desenvolvidas corresponde com os objetivos traçados.	